

PROGRAMA CATAVIDA: A ECONOMIA SOLIDÁRIA POSSIBILITANDO NOVAS TRAJETÓRIAS

Maria Suziane Gutbier*
Rúbia Geane Goetz**
Vera Beatriz Rambo***

1 INTRODUÇÃO

Convive-se no Brasil, hoje, com a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) (Lei nº 12.305/2010), que regulamenta a gestão de resíduos no país, estabelece prazos e exige, portanto, que os diferentes segmentos sociais com interesses na área interajam para a definição e implantação das políticas no âmbito dos estados e municípios. A PNRS é um marco na área, pois prevê a priorização do acesso de catadores organizados em associações ou cooperativas aos materiais recicláveis, como forma de promover, pela geração de trabalho e renda, a inclusão social destes trabalhadores. Porém, as condições em que isso deve ocorrer estão sendo construídas a partir da realidade de cada estado e município. Segundo dados do Ipea (2013), existem no Brasil pelo menos 387.910 catadores; na região Sul, 58.928.

Este é o cenário no qual se insere a experiência do Programa Municipal de Gestão Social de Resíduos Sólidos de Novo Hamburgo, denominado Catavida, que foi criado em 2009 e tem como premissas de intervenção a geração de trabalho e renda, a inclusão social, a economia solidária e a preservação ambiental. O Programa Catavida é uma ferramenta pública de enfrentamento dos processos de desigualdades sociais numa cidade onde, em 2010, estimava-se ter cerca de 2 mil catadores de materiais recicláveis. A experiência de inclusão dessas pessoas, pela sua capacitação e organização em empreendimentos coletivos solidários, tem apresentado significativos impactos sociais e ambientais que serão destacados ao longo desta produção.

As avaliações gravimétricas apontam que 35% dos resíduos urbanos gerados são passíveis de reciclagem. No Brasil, quase todas as latinhas descartáveis e garrafas PET são recicladas (95%). Porém, plásticos, latas de aço, vidro, entre outros materiais, são pouco considerados nesse processo, reforçando as estatísticas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que apontam que somente 1,4% de tudo o que se joga na lata de lixo em nosso país é, de fato, reciclado.

* Publicitária e educadora social, mestre em comunicação social.

** Assistente social, formada pela Universidade Luterana do Brasil. Especialista na elaboração e administração de projetos sociais.

*** Assistente social, formada pela Universidade Luterana do Brasil.

A produção mensal de resíduos em Novo Hamburgo é de aproximadamente 5 mil toneladas; destas, cerca de 300 toneladas, – o que representa 6% do total de resíduos gerados –, são recicladas. Esta proporção está diretamente relacionada à efetivação de um trabalho balizado na política pública de economia solidária e, sobretudo, condicionado à Política de Assistência Social e Política de Meio Ambiente.

O contexto atual apresenta perversas formas de violação de direitos, potencializadas pela lógica do capital na sociedade contemporânea. A permanência de ideologias neoliberais, com a crescente precarização do mundo do trabalho, tem reflexos diretos na vida das populações mais empobrecidas, que se agarram à atividade de catação de materiais recicláveis como a sua última possibilidade de trabalho e geração de renda. É um contingente de pessoas que já não se sente parte da sociedade. Muitos não possuem documentos, nem crédito, nem sonhos. Nem autoestima. Há, neste patamar, instrumentos legais, que visam à alteração desse contexto, superando os processos de vulnerabilidade e risco social. Assim, as políticas públicas constituem-se meios que possibilitam a materialização dos direitos conquistados historicamente por meio de inúmeras lutas travadas por diversos segmentos sociais. A política pública aqui em debate é o fomento à constituição de empreendimentos de economia solidária (ES) para organização dos catadores na gestão de resíduos sólidos.

Para Montañó (2007), as políticas sociais são compreendidas como instrumentos privilegiados de redução de conflitos, uma vez que contêm conquistas populares e de demais setores da sociedade convertidas em concessões do Estado. Assim, são percebidas como importantes instrumentos de materialização de direitos, tendo que ser pensadas a fim de concretizar ações práticas, acolhendo a diversidade de demandas por direitos no contexto atual. Trazendo este debate para o espaço do Programa Catavida, foco desta reflexão, constitui-se o arranjo pelo qual o poder público trabalha na perspectiva de dar conta da implantação e manutenção do Programa de Gestão Social de Resíduos Sólidos, com ênfase na questão social atrelada à problemática do lixo e suas demandas ambientais.

2 O PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS CATAVIDA: DIMENSÕES E ASPECTOS RELEVANTES

O Programa Catavida nasceu precisamente de demandas da população municipal que requisitavam intervenções técnico-operativas do poder público municipal frente ao atendimento dos catadores autônomos de materiais recicláveis, que ocupavam espaços públicos para a realização do seu trabalho e assim, conseqüentemente, expunham à comunidade a sua condição social. Passam a ser demandas evidentes de atendimento o acesso negado a políticas sociais, a precarização das condições de vida e de trabalho, a exploração da mão de obra, a invisibilidade social dos sujeitos, a estigmatização, o preconceito e a situação constante de vulnerabilidade social. Soma-se, ainda, a aspectos ambientais inerentes ao trabalho dos catadores, como o descarte indevido de rejeitos e a conseqüente poluição ambiental. Estes fenômenos sociais passam a ser campo de intervenção profissional, com vistas à elaboração de respostas a este cenário de precarização de direitos.

O enfrentamento desta realidade tem se dado a partir dos princípios da ES de gestão coletiva e democrática, cooperação e solidariedade. O próprio Programa Catavida se constitui a partir de um coletivo com representantes das diversas secretarias municipais relacionadas à temática, como a de Educação, de Desenvolvimento Econômico,

Tecnologia, Trabalho e Turismo (Sedetur), de Meio Ambiente e também de membros do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), do Fórum de Recicladores do Vale do Sinos e até eventualmente de parceiros e financiadores. Nele se pratica a autogestão coletiva até os limites impostos pela estrutura administrativa e hierárquica da máquina pública.

A partir do diagnóstico no município e de uma etapa de estudos sobre a problemática encontrada, desenvolveu-se a proposta do Programa Catavida, cujo objetivo geral é: fomentar ações integradas, com base nas dimensões que abrangem a sustentabilidade social, econômica e ambiental, considerando todas as medidas envolvidas no enfrentamento da questão social do lixo, desde a geração dos resíduos até o destino final, potencializando o trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Os objetivos específicos retratam seus eixos de ação, quais sejam: *i)* promover a organização social emancipatória, a capacitação, as formas associadas de produção e a autogestão dos catadores de materiais recicláveis de Novo Hamburgo, sem ocasionar o endividamento ambiental; *ii)* sensibilizar e informar a sociedade sobre o destino correto dos resíduos e valorização do trabalho da categoria de catadores, alterando o paradigma de estigmatização social destes trabalhadores; *iii)* implementar a coleta seletiva solidária (CSS) no município de Novo Hamburgo por meio de iniciativas do poder público e da sociedade civil; e *iv)* instalar entrepostos no município de Novo Hamburgo na perspectiva de empreendimentos produtivos e coletivos, gerando trabalho e renda aos trabalhadores envolvidos.

A primeira ação foi a intervenção junto à cooperativa que realizava a triagem do resíduo da coleta mista do município e sobre a qual havia denúncias de irregularidades e até de trabalho semiescravo. A situação encontrada pelo poder público era de gravidade extrema. A violação de direitos era gritante e a necessidade de intervenção imediata fazia-se salutar. Assim, passou-se por um processo de sindicância que apurou irregularidades na atuação da cooperativa responsável pela operação da usina de reciclagem e, a seguir, esta foi retirada das frentes de atuação do processo de reciclagem no município. Colocou-se então um desafio ao poder público: localizar um novo parceiro que coordenasse a operacionalização das atividades e reinserisse os catadores no processo de trabalho.

Alguns movimentos importantes foram realizados durante a reforma da Central de Reciclagem, cuja infraestrutura não era adequada para o trabalho. Entre estes, destaca-se o pagamento de um bônus de R\$ 300 por mês. Com a garantia de retorno ao trabalho em melhores condições, o grupo aceitou ir para a sala de aula e participar da turma de capacitação do Projeto Cataforte¹ enquanto eram realizadas obras de melhorias na infraestrutura na usina de triagem. E para inaugurar outro modo de fazer foi necessário buscar uma cooperativa, com *knowhow* e idoneidade. A escolhida foi a Cooperativa Coolabore, com mais de quinze anos de existência na época e com reconhecida atuação no segmento. Nasceu então a Coolabore Filial 2, denominada pelo município Central Catadores Unidade Roselândia.

Uma segunda turma de capacitação de catadores do Projeto Cataforte foi constituída com catadores autônomos que trabalhavam nas ruas. Essa turma foi a base para o início da operação da CSS, pela Coolabore Filial 3, denominada Central de Catadores Unidade Centro.

1. Sobre o Cataforte, ver Ipea (2013).

A operacionalização de coleta, transporte, triagem, prensagem e armazenamento são de responsabilidade de uma cooperativa autogestionária de catadores e alicerçada no campo social e econômico como um empreendimento popular solidário, definido por Cruz (2006) como:

o conjunto das iniciativas econômicas associativas nas quais (a) o trabalho, (b) a propriedade de seus meios de operação (de produção, de consumo, de crédito etc.), (c) os resultados econômicos do empreendimento, (d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento e (e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando-se relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes.

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) registra que o cooperativismo é um modelo socioeconômico que tem como objetivo o desenvolvimento econômico aliado ao bem-estar social. Seus princípios são participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. Segundo Singer (2002),

a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.

3 AVANÇOS E DESAFIOS DA EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

O Programa Catavida contempla hoje aproximadamente 85 trabalhadores, divididos em duas unidades de trabalho. Uma delas atua no âmbito da reciclagem realizada com os resíduos coletados mecanicamente, com produção média de 240 toneladas/mês. A unidade estabelecida no âmbito central atua na perspectiva da CSS e realiza também triagem de aproximadamente 60 toneladas/mês. Este processo operativo é de extrema importância ambiental, mas, sobretudo pessoal, já que vem gerando trabalho e ampliação significativa de renda aos trabalhadores.

TABELA 1

Demonstrativo da evolução da quantidade de materiais triados e a renda dos catadores de materiais recicláveis

Unidade	2010		2011		2012		2013	
	Quantidade de materiais reciclados	Renda	Quantidade de materiais reciclados	Renda	Quantidade de materiais reciclados	Renda	Quantidade de materiais reciclados	Renda
Central de Catadores Unidade Roselândia	100t	866,00	150t	1.300,00	200t	1.733,00	230t	1.999,00
Central de Catadores Unidade Centro			15t	300,00	27t	540,00	50t	1.000,00

Fonte: Planilhas de produção da Coolabore.

É preciso lembrar que, antes da intervenção, em 2009, junto à Central de Triagem Roselândia, a renda dos trabalhadores era de R\$ 200 ao mês, e a quantidade de materiais triados e comercializados estava em 37 toneladas, segundo a planilha apresentada à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

O que se percebe no contexto do Programa Catavida e na elucidação de respostas às demandas colocadas é que os aspectos sociais e ambientais são inerentes à gestão de resíduos sólidos, sendo inviável o atendimento destas questões de forma isolada. Desse modo, na busca pela superação de práticas fragmentadas e frente à construção de uma política pública local voltada ao gerenciamento dos resíduos sólidos, a gestão intersetorial dos programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado se torna essencial. A política pública é aqui compreendida como um ramo do conhecimento, identificada por três particularidades essenciais:

é multidisciplinar [...] porque abrange temas e questões tratadas por outras disciplinas científicas; é intervencionista porque [não se limita] em conhecer seu objeto de estudo, mas procura interferir nele e modificá-lo; e é normativa porque [...] se defronta com a impossibilidade de separar fins e meios, bem como valores e técnicas, no estudo das ações dos governos (Lasswell, *apud* Pereira, 2009, p. 93).

Essas demarcações consideram, assim, que há possibilidade concreta de uma nova ótica de intervenção para as demandas socioambientais, assinalando que o processo de gerenciamento de programas, projetos e políticas deve incorporar as demandas e as necessidades dos cidadãos e, principalmente, a sua participação. Com vistas a garantir estes espaços de efetiva participação dos sujeitos sociais implicados no Programa Catavida, o gestor local prioriza a participação da cooperativa – organização não governamental (ONG) responsável pela organização de trabalho formal dos catadores de materiais recicláveis no âmbito local e pela operacionalização do processo de coleta e triagem dos materiais recicláveis – em todos os debates e processos decisórios. Dessa forma, o gestor local desafia as políticas públicas representadas por seus profissionais e gestores à construção de processos de resolutividade no enfrentamento das expressões da questão social. “O meio ambiente é área que implica planejamento e ação articulada às demais políticas, dada a sua complexidade. Entretanto no texto constitucional a ação intersetorial possível de ser evidenciada concerne ao que atribui, ao ‘Estado e à coletividade o dever de defendê-lo’ - Art. 225”. (Brasil, 2009).

Com vistas à construção de uma política pública sólida e viável no contexto municipal, o programa está amparado nas legislações vigentes – especialmente a Constituição Federal de 1988, que estabelece em seu Artigo 23, inciso VI, que “compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer das suas formas”; e a PNRS, Lei nº 12.305/2010, que prevê a prevenção e a redução na geração de resíduos, “o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos” e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos – e alia os aspectos sociais e ambientais inerentes à demanda colocada ao gestor público, visando, por meio da inserção dos catadores, pessoas presentes nesse processo, dar materialização aos preceitos legais.

O programa atua na perspectiva de rompimento de paradigmas, especialmente dos processos de invisibilidade e exclusão social implicados aos catadores de materiais recicláveis, buscando a horizontalidade entre as ações desejadas, e das relações entre os atores que compõem a rede de atendimento destes sujeitos no âmbito do município. Inserido na Secretaria de Desenvolvimento Social do município, o programa fomenta a articulação com todos os serviços implantados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Desse modo, os catadores passam a acessar os programas da Proteção Social Básica e Especial na perspectiva de superação dos processos de vulnerabilidade

social presentes em suas vidas. É considerado pela rede de serviços locais como uma grande possibilidade de trabalho e geração de renda para as famílias e de superação de vulnerabilidades, especialmente a econômica, visto que vem possibilitando o processo de desligamento de programas de transferência de renda aos trabalhadores, proporcionando uma vida com maior dignidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há alguns elementos relevantes na trajetória do Programa Catavida, entre os quais cabe destacar: a importância do fortalecimento do cooperativismo como forma de gestão e o fomento à perspectiva da economia solidária – cuja reinvenção traz em si uma espécie de renascimento de valores que fazem parte da cultura do movimento operário e são pautados constantemente no cotidiano dos catadores de materiais recicláveis, como solidariedade, autogestão, autonomia, entre outros. Merecem destaques também o papel e a responsabilidade do poder público na gestão dos resíduos (coleta, triagem e destinação final) e na fiscalização dos processos, aliando os marcos regulatórios aos valores supracitados.

Um grande desafio da prática tem sido a mediação das relações de poder presentes no contexto social do município, que trazem à tona os interesses de empresas privadas envolvidas no processo de gestão de resíduos sólidos, além de sucateiros clandestinos e legalizados que de alguma forma tornavam os catadores reféns de sua comercialização. Estes são desafios que demandam interconexões e multilateralidade da prática profissional do assistente social e dos demais profissionais do coletivo gestor. Assim, a compreensão das questões em jogo, sob o olhar multidimensional, buscando, com base na criticidade, reconhecer, no cenário, parceiros e redes que possam apoiar o fomento da autogestão, tornou-se essencial para a implantação do programa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 42. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009.

CRUZ, Antônio. **A diferença da igualdade**: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. 2006. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Campinas, 2006. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000378375>>. Acesso em: 14 dez. 2013.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável**: Brasil. Brasília: Ipea, 2013.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **A natureza do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2007.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PEREIRA, Potyara. Como conjugar especificidade e intersetorialidade na concepção e implementação da política de assistência social. **Serviço social e sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 77, mar. 2004.